



TRIBUNA LIVRE
Artigos defendem posições divergentes
▶▶ PÁGINA 2

SINDICATO EM AÇÃO
Sindissétima barra na Justiça reajuste abusivo de plano de saúde
▶▶ PÁGINA 3



CONJUNTURA
Governo do Estado insiste em não pagar o piso salarial aos professores
▶▶ PÁGINA 4



Folha SINDISSÉTIMA

FORTALEZA | CE | SETEMBRO 2011 | Nº 72 | ANO IX

www.sindissetima.org.br

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA SÉTIMA REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Mensagem presidencial gera incerteza quanto ao reajuste dos servidores

O Poder Executivo passa a responsabilidade para o Legislativo quanto ao reajuste do Judiciário. Enquanto isso, a pressão da categoria é fundamental!

A decisão do governo federal de cortar da proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012 a previsão para o pagamento do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal causou uma reação de todos os setores.

A medida, além de ser considerada inconstitucional, já que impede que o Judiciário trate das questões relativas àquele poder, não dá garantias de que o reajuste vai ser feito.

A primeira das reações foi dos ministros do Supremo, o que acabou provocando uma reunião entre uma comitiva de ministros - indicados pela própria presidente Dilma - e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. Na ocasião, foi informado que seria encaminhada ao Congresso Nacional uma mensagem determinando que o Legislativo considere o orçamento da forma como fora enviado pelos tribunais superiores.

Segundo informações da Agência Brasil, a ministra Miriam Belchior já entregou o adendo no Congresso. A alteração garantirá também a previsão para o reajuste dos servidores do Ministério Público da União.

Na mensagem, a presidente Dilma afirma "Senhores Membros do Congresso Nacional, venho dar conhecimento a V. Ex^{as} de que o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal encaminharam ao Poder Executivo proposta de elevação de salários do seu funcionalismo com impacto total de R\$7,7 bilhões em 2012. Essas propostas estão anexas e não puderam ser contempladas no projeto de lei que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012'".



Não se sabe ao certo se o governo federal está disposto a fechar um acordo capaz de garantir o reajuste, uma vez que na própria mensagem a presidente Dilma disse que não tem dinheiro para arcar com isso



ARQUIVO PESSOAL

Sindissétima esteve presente em todas as manifestações realizadas pela categoria

Não se sabe ao certo, no entanto, se o governo federal está disposto a fechar um acordo capaz de garantir o reajuste salarial da categoria, uma vez que a própria presidente Dilma avisou que não tem dinheiro para arcar com a despesa e o Congresso, caso aprove, terá que retirar recurso de outras áreas para cobrir o aumento. "As propostas, que ora remeto, não foram incluídas na peça orçamentária de 2012, em primeiro lugar, em função de um quadro de incerteza econômica mundial, onde é indispensável que o Brasil mantenha uma realidade fiscal responsável que lhe permita lidar com sucesso com eventuais situações de crise. (...) Um aumento excessivo na despesa primária do Governo central traria insegurança e incerteza sobre a evolução da economia brasileira em um contexto internacional já adverso. É necessário que este esforço seja compartilhado por todos os Poderes da República", ressalta a mensagem da presidente Dilma.

Ou seja, se o Judiciário Federal insistir em brigar pela aprovação do Plano de Cargos e Salários, não estaria contribuindo para o tal "esforço compartilhado" ao qual

ela mesmo se refere. Fica clara a intenção de jogar a sociedade e o Congresso Nacional contra o plano.

Reação dos ministros

O fato é que a não inclusão do reajuste fez com que os ministros do STF se movimentassem para mudar a decisão do governo e garantir o cumprimento da Constituição Federal, que determina que o Executivo não pode cortar orçamento de outro Poder.

"O que cumpre ao Executivo, que quanto ao orçamento ombreia com o Judiciário, é consolidar a grande proposta da União e encaminhar àqueles que poderão exercer a glosa. Ou seja, deputados e senadores. O que não cabe é o Executivo substituir-se o Judiciário", afirmou o ministro Marco Aurélio, em entrevista para uma emissora de TV. De acordo com o ministro, "o que está em jogo não é pecúnia, não é dinheiro, não é gasto. O que está em jogo é o princípio que implica equilíbrio, que se faz ao mundo jurídico para que não haja supremacia de poderes que estão no mesmo patamar". Em relação à elaboração do orçamento, o Poder Judiciário e o Poder Executivo estão no mesmo patamar, reforçou.

Reação da categoria

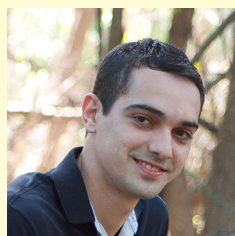
Para o Sindissétima, a posição do governo, em enviar a LOA sem a previsão do reajuste salarial dos servidores, feriu, mais uma vez, a autonomia do Poder Judiciário e confirmou sua disposição de manter a política de não conceder reajuste para o funcionalismo público federal.

Ainda que o Palácio do Planalto tenha cedido às pressões da cúpula do Judiciário e voltado atrás na sua posição, tal atitude serve de alerta para que toda a categoria aumente a mobilização.

As pressões no Congresso devem aumentar, uma vez que estará nas mãos dos parlamentares a responsabilidade de votar a Lei Orçamentária do ano que vem com a previsão do plano de cargos e salários.

Ficar de braços cruzados deixando nas mãos dos congressistas uma decisão tão importante como essa, é ter a certeza de que mais um ano passará sem que os servidores do Judiciário Federal recebam a valorização que merecem. Participe das assembleias e das mobilizações. Sem pressão não haverá conquista alguma! ▶▶

Informação e reflexão são fundamentais



Desde o início do ano temos acompanhado o travamento total das negociações do PL 6613 entre judiciário, executivo e legislativo. Surgiram várias notícias sobre possíveis acordos, mas nada de concreto aconteceu, culminando com a exclusão do PCS da LOA de 2012 pela presidente. Embora, um dia depois, tenha se desfeito o mise en scène, isso mostra que o governo não está disposto a aprovar o PL original e usará o controle que possui sobre o congresso para tal. Já há boatos na internet sobre uma proposta de reajuste de apenas 15% após quatro anos sem aumento, o que não corrige sequer a inflação do período. O IPCA acumulado de 2008 a 2011 foi de aproximadamente 24%, sem falar na perda adicional em torno de 7% a.a causada pela inflação em caso de parcelamento.

No meio de tudo isso, o movimento pró-subsídio tem ganhado cada vez mais força e surge como uma alternativa que pode ser interessante para o governo e para grande parte dos servidores.

Inicialmente, a proposta de subsídio foi bastante

rechaçada por parte das centrais sindicais e dos servidores. Esse preconceito inicial começa a cair quando se comparam as tabelas de remuneração. Mesmo para alguns servidores com incorporações o subsídio se mostra mais atrativo ou equivalente ao PL. No site www.subsidioja.com.br há uma planilha que simula com detalhes as propostas atualmente em discussão de forma que cada um possa tirar suas próprias conclusões. Após esse comparativo, o servidor pode votar no site <http://enquetejudiciario.no-ip.org> acerca do modelo remuneratório defendido. O resultado pode ser exibido também por regional.

Além da questão simplesmente pecuniária, há outras, até mais relevantes, que devem ser discutidas e consideradas como a redução das disparidades, a transparência, a possibilidade de um menor parcelamento, os adicionais de qualificação, a eliminação da GAJ entre outras.

O movimento vem ganhando força em todo o Judiciário. Recentemente, na última ampliada da FENAJUFE, os defensores do subsídio elegeram quase 50% dos representantes, mesmo sem o apoio de muitas centrais. No âmbito do nosso Regional, essa mobilização também se mostra efetiva com o envio de um delegado, de duas vagas disponíveis, favorável ao modelo de subsídio.

O MPU já fez sua opção pelo subsídio e deu um passo em busca da equiparação com outras carreiras do serviço público. Atualmente, recebem por subsídio servidores da Receita Federal, Banco Central, MPOG, PF, Itamaraty dentre outros.

Essa decisão se mostra coerente com a principal justificativa do PL que é conter a evasão de servidores, uma vez que o Judiciário e o MPU têm perdido pessoal qualificado para outras carreiras com melhor remuneração. Pelo menos, é o que afirmou por diversas vezes o próprio Presidente do STF, entretanto, parece antagônico que os tais servidores não sejam ouvidos acerca da carreira que desejam.

Se o governo estiver mesmo disposto a negociar o subsídio, a categoria precisa conhecer bem a proposta, avaliar seus benefícios, deixar de lado os mitos e tomar uma posição que seja vantajosa para o Judiciário como um todo. Mesmo que seja aprovado o PL original dessa vez, a discussão em torno do subsídio deve permanecer, pois o ciclo continua, as outras carreiras seguirão mais atrativas, a disparidade interna aumentará e o governo seguirá sua tendência de enxugar gastos públicos, o que fará do próximo reajuste uma batalha ainda mais árdua. ▶▶

André Gonzaga - Analista Judiciário

Democracia e Unidade - temos que aprender!



A história nos revela que, para atingirmos um objetivo, dois elementos são fundamentais: a determinação na sua consecução e a unidade de propósitos. Quando lutávamos pela derrocada da ditadura, cunhamos o princípio do "Centralismo Democrático". Nas organizações, legais ou clandestinas, as decisões eram pautadas por esse princípio, ou seja, a decisão coletiva era por maioria, assumida e levada a efeito por todos - a isto chamamos democracia interna.

No caso do nosso PCS, há anos a categoria tem discutido uma forma de reposição salarial que contemple dois aspectos: a preservação das conquistas de planos anteriores remuneração em parcelas; adicionais - de qualificação, raio x, insalubridade; GAE e GAS e a isonomia com carreiras de mesmo grau de complexidade no serviço público federal. Passamos a discutir reposição salarial e não carreira.

Pessoalmente, acho que existem distorções na carreira que podem ser corrigidas, no entanto, o momento não é

este. Juízo de valor não cabe agora. Pode parecer mesquinhez, mas o que a maioria deseja mesmo é reajuste salarial. Pois bem, nestes três anos, em todos os fóruns da categoria, a proposta do projeto original foi a vencedora.

Na última Reunião Ampliada da Federação, em que todos os sindicatos se fizeram representar através de delegados eleitos, a deliberação por maioria foi pelo projeto como originalmente encaminhado (72 votos a favor do PL 6613 e 44 votos a favor do subsídio). Os servidores da Sétima Região se fizeram representar por delegados eleitos em assembleia realizada no dia 3 de agosto: Weimar Ferreira dos Santos votou no projeto original e Luri Pereira Pinheiro votou pela reposição através do subsídio. Houve, portanto, oportunidade para que ambas as correntes se manifestassem, democraticamente. O que nos determina? O que nos fortalece? Como é que está a nossa unidade? Respeitamos a democracia interna? Afinal, a maioria já deliberou. Neste caso, o que nos resta a fazer, senão assumir democraticamente tal decisão e construir a unidade necessária para, com determinação, sairmos vitoriosos?

É importante registrar que a forma de remuneração através de subsídio, que, por definição, passa a ser parcela

única, satisfaz um aspecto apenas do nosso propósito - a reposição ou reajuste. No entanto, o outro objetivo, qual seja o de preservar as conquistas de planos anteriores, este será totalmente descartado.

Os companheiros que defendem o subsídio, alegam que será mais fácil o governo ceder já que a despesa será menor e que outras carreiras assim já recebem. Omitem assim o fato de que direitos adquiridos durante toda a vida funcional de muitos servidores seriam perdidos, o que redundaria uma ameaça ao direito adquirido, a coisa julgada e por fim, colocaria em cheque a segurança jurídica para todos os servidores.

Temos outras ameaças no horizonte, como a PEC que estabelece a demissão por insuficiência de desempenho, acabando com a estabilidade e introduzindo critérios subjetivos para demissões. Temos, ainda, a PEC do congelamento dos salários por dez anos a critério do governo. Por tudo isso, acredito que temos que nos exercitar e aprender a praticar a democracia interna, respeitar as deliberações da maioria e construir uma unidade que nos faça vencedores e não perdedores. Só depende de nós mesmos. ▶▶

José Teixeira Neto - Analista Judiciário

RAIO X

O que é lombalgia?

É quando uma pessoa tem dor na região lombar, ou seja, na região mais baixa da coluna perto da bacia. Não é uma doença, é um tipo de dor que pode ter diferentes causas, algumas complexas.

No entanto, na maioria das vezes, o problema não é sério. Algumas vezes, a dor se irradia para as pernas com

Tipos de lombalgia

Há dos tipos de lombalgia: aguda e crônica. A forma aguda é o "mau jeito". A dor é forte e aparece subitamente depois de um esforço físico. Ocorre na população mais jovem.

ou sem dormência. Frequentemente, o problema é postural, isto é, causado por uma má posição para sentar, se deitar, se abaixar no chão ou carregar algum objeto pesado.

Tratamento

Na crise aguda, o exercício está totalmente contra-indicado. Deve-se fazer repouso absoluto, deitado na cama. Uma alternativa é deitar de lado em posição fetal (com as pernas encolhidas). Não estão indicados na fase aguda: tração, manipulação, RPG, cinesioterapia,

alongamento e massagem.

Os analgésicos e os anti-inflamatórios podem ser usados. Sedativos são úteis para ajudar a manter o paciente em repouso no leito. Quanto mais bem feito o repouso, menos medicamentos são necessários. Obviamente, deve-se tratar a causa da lombalgia.

O tratamento cirúrgico está indicado apenas nos 10% dos casos em que a crise não passa entre três a seis semanas.

EXPEDIENTE
Folha SINDISSÉTIMA

EDITOR: Elton Viana | EDITOR DE ARTE: Sérgio Fujiwara | COLABORADORES: Luiza Alcântara, Heloísa Felício, José Teixeira Neto, Ricardo Castro | FOTOGRAFIA: Ascom/TRT | REVISÃO: Elton Viana
 DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Fujiwara Design | IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Gráfica Print Color

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE | Heloísa de Siqueira Felício
 VICE-PRESIDENTE | José Teixeira Neto
 1º SECRETÁRIO | Boanerges Facó Franklin de Lima
 2º SECRETÁRIO | Francisco Nazareno Soares Filgueiras

SEC. ASSUNTOS JURÍDICOS | Luiza Alcântara Rodrigues
 SEC. ESPORTE E PROMOÇÃO SOCIAL | Ronan Silveira Felix
 SEC. IMPRENSA E CULTURA | Ricardo Castro Figueiredo
 SEC. ASSUNTOS EXTRA-SEDE | Deven de Moura Miller
 1º TESOUREIRO | José de Lima Ribeiro
 2º TESOUREIRO | José Flávio da Rocha Mattos

SALAS DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR

Sala no Fórum Autran Nunes (manhã) | Av. Duque de Caxias, 1550, 1º andar, Centro. CEP 60035-111 - Fortaleza-CE. Telefone/Fax: (85) 3221.6219
 Sala no TRT (tarde) | Av. Santos Dumont, 3384, Sala de Convivência, Aldeota. CEP 60150-162 - Fortaleza-CE. Telefone: (85) 3261.8192/ Fax: (85) 3224.6490. E-mail: sindissetima@yahoo.com.br.

FOLHA SINDISSÉTIMA

Publicação mensal de responsabilidade da Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores da Sétima Região.
Jornalista responsável:
 Elton Viana (CE01281JP)

Sindissétima consegue reajuste na Justiça

A Camed apresentou ao Sindicato um reajuste de 48,31% para ser aplicado a partir do mês de agosto, alegando que no último ano o contrato havia superado o Índice de 70% de sinistralidade. Apesar da dispensa de regulamentação da ANS para os índices de reajuste de planos coletivos, não podemos permitir que em função disso a Camed apresente um reajuste exorbitante, não condizente com a realidade dos custos apresentados. A Camed ao apresentar a proposta frustrou qualquer tentativa de negociação, denunciando o contrato e concedendo aviso prévio de 30 dias para a rescisão, alegando que os contratos de planos de saúde coletivos poderiam ser rescindidos a qualquer momento em face de prejuízo, o que não era o caso. Com essa atitude colocava em risco a vida de pacientes e usuários que estão a depender da continuidade das prestações médico-hospitalares. O Sindissétima diante da situação ajuizou uma ação, através da Banca Gomes e Uchoa, com antecipação de tutela, para a manutenção da vigência do contrato celebrado. No dia 30/08, o Juiz de Direito que responde pela 20ª Vara Cível DEFERIU o pedido de antecipação da tutela, determinando que a CAMED mantenha o contrato de cobertura dos procedimentos de assistência médico-hospitalares e concede o reajuste de 18%, o mesmo do ano de 2010, para os próximos doze meses a partir de agosto de 2011. Informamos aos usuários da CAMED que os reajustes do mês de agosto e setembro serão descontados no próximo contra-cheque. O Sindissétima sempre atento à defesa dos direitos dos seus associados.

▶▶ OLÍMPIADA

BH sediará Olimpíada do Judiciário Trabalhista

De 17 a 24 de setembro, em Belo Horizonte (MG), será realizada a X Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho. A cada edição, a competição conta com uma adesão ainda maior de servidores. Na próxima edição, estão inscritos 876 atletas de 23 regionais e do TST, um recorde entre todas as competições já realizadas. O TRT da 7ª Região será representado por 76 atletas que vêm treinando para garantir medalhas. Na edição passada, este Regional alcançou a 7ª colocação geral, com 5 medalhas de ouro, 9 de prata e 14 de bronze. Este ano, no entanto, o objetivo é a superação. O Sindissétima apoia esta iniciativa e oferece a seus filiados – além da sede social que conta com piscina, quadra, campo de futebol e espaço para vôlei de areia – o treinamento em diversas modalidades. São disponibilizados treinadores em modalidades como vôlei, basquete, futebol, atletismo, natação, entre outras. Interessou-se? Procure os coordenadores dos esportes na lista disponível na Intranet e se engaje nesta iniciativa de melhoria de qualidade de vida.

SERVIÇO | A relação dos convênios oferecidos aos sócios do Sindissétima está disponível na página eletrônica: www.sindissetima.org.br. Ou se preferir, o sócio pode ir até uma das sedes do Sindicato (Fórum ou no Tribunal) e informar-se sobre como desfrutar de todos os convênios e descontos que são oferecidos.

Sindicato participa de encontro do Mosap

O Sindissétima enviou duas participantes para o Encontro de Servidores Públicos Ativos, Aposentados e Pensionistas que debateu projetos de lei que garantem direitos

O Sindissétima participou do Encontro dos Servidores Públicos Ativos, Aposentados e Pensionistas, realizado pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), no dia 31 de agosto, em Brasília (DF) enviando duas participantes, Heloisa de Siqueira Felício e Ana Cecília Alcântara e Silva, o encontro surgiu para a defender os direitos inseridos na Constituição, a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, a integralidade dos vencimentos na aposentadoria e a não contribuição para a Previdência Social.

Os servidores públicos civis da União, Estados e Municípios foram os principais alvos das reformas previdenciárias dos últimos anos promovidas pelas Emendas Constitucionais: 20/1998, 41/2003 e 47/2005. Sob a ótica do ajuste fiscal e do impacto nas contas públicas os servidores públicos têm tido direitos retirados, rendimentos reduzidos e são vilipendiados por problemas do Governo que não foram causados por eles e não serão sanados por maior que seja o sacrifício imposto à aposentados e pensionistas.

As PEC's 555/2006 (retira a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas) e a 270/2008 (garante proventos integrais para a aposentadoria por invalidez) não criam novos benefícios, apenas resgatam direitos adquiridos. A



ARQUIVO PESSOAL

Encontro em Brasília discutiu os Projetos de Lei que estão ferindo os direitos dos servidores públicos, principalmente aposentados

principal justificativa dos governos que aprovaram as reformas da Previdência e do atual governo que busca, uma vez mais, penalizar os servidores públicos é a alegada necessidade de cobrir o "rombo" da Previdência Social. Tal argumento não procede.

A Previdência Social não é deficitária. De acordo com números divulgados pelo próprio Ministério da Previdência Social e pela Receita Federal e compilados pela Fundação Anfip, a Seguridade Social tem superávit todos os anos. Em 2010, o superávit foi de R\$ 58 bilhões. Somem-se a esse valor os mais de R\$ 18 bilhões que o governo deixou de receber, voluntariamente, por meio das chamadas "renúncias previdenciárias". Essas renúncias são, na verdade, contribuições à Seguridade Social que o governo "abre mão", por meio de benesses concedidas a determinados segmentos, como empresas de tecnologia da informação, entidades que se intitulam filantrópicas e até os times de futebol profissional.

Além das receitas superarem as

despesas e dos bilhões que deixam de ser arrecadados por meio de renúncias previdenciárias, há ainda o desvio de recursos da Seguridade Social. Por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), mecanismo adotado como provisório em 1994 e vigorando até os dias atuais, são retirados da verba de Seguridade Social mais de R\$ 45 bilhões ao ano. Ou seja, as contribuições que deveriam ter uma destinação específica – a saúde, a assistência social e a previdência – são desviadas e "alocadas" onde o governo bem entender.

Esses dados, ao contrário do que é divulgado na mídia, foram levantados com base em estudos técnicos e podem ser comprovados. Os números revelam o descompromisso dos sucessivos governos com os servidores públicos e com os aposentados e pensionistas e demonstram que a cobrança de contribuição previdenciária de inativos e pensionistas e a redução nos proventos dos aposentados por invalidez não têm justificativa financeira que as sustente ▶▶

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PL já passou pela Comissão de Trabalho

Sob um discurso de "moralização" da Previdência Social e chamando o direito à aposentadoria de "boquinha", o relator do projeto de lei nº 1992/2009, o deputado Silvio Costa (PTB-PE) e os deputados que compõem a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, concluíram a votação do projeto de lei que privatiza a previdência dos servidores públicos.

Em outra sessão, após ser chamado

ao Planalto para conversar com a Casa Civil, o relator do projeto e presidente da comissão tentou sustentar seu relatório atacando o direito à aposentadoria integral dos servidores públicos, qualificando-o de uma imoralidade diante da realidade da Previdência Social no país. Chegou a chamar a aposentadoria de "boquinha" e "mamata".

As declarações foram recebidas com

vaías e protestos pelos servidores que acompanhavam aquela sessão. Quando o mérito do projeto foi aprovado, os servidores chamaram os deputados que votaram contra a categoria de "traidores".

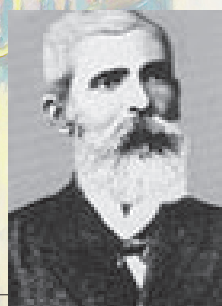
O projeto cria um fundo único de previdência complementar para os servidores públicos, entregando o direito à aposentadoria do funcionalismo público ao sistema financeiro. ▶▶

POR QUE
MINHA RUA
TEM ESSE NOME

Rodolfo Teófilo (1853-1932) | Este mês a coluna vai falar não de alguém que recebeu o nome de uma rua, mas de um bairro. Foi um escritor de estética literária regional-naturalista, além de poeta, documentarista, contista e articulista.

Sua obra ficou marcada pelo exagero em que é mostrada a seca no nordeste e os tipos flagelados caracterizados com excesso. Tomou parte dos movimentos literários do Ceará, tendo pertencido, desde 1894, à Padaria Espiritual, entidade de fins literários e artísticos que se fundara em Fortaleza. Foi historiador e romancista. É considerado um dos principais expoentes da literatura regional-naturalista do Brasil e um dos maiores nomes da literatura do Ceará. Segundo Rachel de Queiroz, a ele se deve a "invenção" da cajuína, bebida não-alcoólica popular principalmente no Piauí.

Sugestões para essa coluna enviar e-mail para sindissetima@yahoo.com.br





Piso é lei, não é favor

Enquanto o Governo do Estado gasta milhões em reforma e obras, ele deixa de pagar a remuneração justa e de direito aos professores

Repercutiu na mídia escrita e falada declarações do Governador Cid Gomes que a respeito da greve dos professores saiu-se com a seguinte frase: “Quem entra em atividade pública deve entrar por amor, não por dinheiro. Quem está atrás de dinheiro, deve procurar outro setor e não a vida pública” emendou.

A frase chamou atenção por vários motivos. Em primeiro lugar porque partiu do Chefe do Executivo do Estado de quem se espera sensibilidade social, responsabilidade e respeito para com os professores, categoria profissional historicamente já tão sacrificada.

Em segundo lugar pelo raciocínio perverso embutido na frase, desvirtuando a luta dos professores por melhores salários. Ao dizer que quem entra na atividade pública deve fazê-lo por amor e não por dinheiro, o Governador veiculou a idéia de que ao lutar por melhores salários os professores estariam sendo mercantilistas e traindo os objetivos maiores de sua carreira, a vocação maior



Os professores travam sua luta, legítima, por melhores condições de trabalho e, é importante ressaltar, que o salário da categoria é o quinto pior do País.



do magistério. Nada mais torto.

Todavia, o cinismo desta afirmação não teve o efeito esperado pelo Governador, que se apequenou diante dos professores e da opinião pública. Frases de efeito não resolvem crises. Arrogância também não.

Os professores travam sua luta, legítima, por melhores condições de trabalho e, é importante ressaltar que, o salário da categoria no Ceará é o quinto menor do País. É menos da metade do que ganha um professor no Maranhão. Então, as reivindicações dos nossos professores não são assim tão descabidas. Ainda mais se levarmos em conta que, como o próprio Governo faz questão de alardear, a arrecadação do Estado atingiu patamares nunca

antes alcançados. Que tal então remunerar melhor os professores e investir mais na saúde do que em obras monumentais?

Também causou espanto a aprovação de lei tornando a área de segurança permanente 40 quarteirões no entorno do Palácio da Abolição. A medida chama atenção por seu exagero e por sua incoerência. O Governo investiu milhões na reforma do Palácio, que se localiza na Av. Barão de Studart, área residencial e de intenso fluxo de veículos. Divulgou-se, na época da reinauguração, que o Governador resgatou o espaço para entre outras coisas, despachar em lugar mais acessível aos cidadãos. Pois como é que se explica que agora queira se “encastelar” evitando o convívio dos cidadãos? Que obsessão por segurança é essa se no nosso Estado nem oposição ele tem? Será para manter à distância manifestação como a dos professores? Cabe a todos refletir... e lamentar! ▶▶

Luíza Alcântara, Analista Judiciária-aposentada

Casa dos sem vergonha

Responda, caro leitor: você consegue imaginar prova maior de envolvimento num esquema de corrupção que o vídeo de uma então candidata recebendo maço de dinheiro das mãos de um então secretário de Estado? E se tratando, o tal secretário, de agente confesso num dos mais mal-cheirosos escândalos de corrupção dos últimos anos? E, ainda, o referido gestor como personagem de destaque da administração do pai da dita cidade. Pois os representantes do povo brasileiro entenderam que o vídeo em questão não era prova do bastante contra Jaqueline Roriz (PMN-DF). Não é a primeira vez que a Câmara dos Deputados apronta dessas. Infelizmente, não será a última. O número de votos pela cassação não chegou nem sequer a um terço. Dos 513, só 166 apoiaram a perda de mandato. Houve 62 faltosos. Entre eles, um cearense: o petista José Aírton Cirilo.

A FACE REPUGNANTE DO PODER

O Legislativo brasileiro expõe, sem pudor, suas faces mais repugnantes na absolvição de Jaqueline. Os deputados recusaram-se a cassá-la por corporativismo, por medo, por saberem, em grande parte, que também podem vir a estar sujeitos a denúncias do gênero. E, mais grave de tudo, demonstra total, completo e irrestrito descompasso com o sentimento do povo que deveriam representar. A postura da presidente Dilma Rousseff (PT) em relação à corrupção parecia sinalizar esperança de mudança nos costumes políticos. Acuada pelos aliados, a própria presidente tratou de recuar e sinalizar a mudança de posição à sua base. Agora, o próprio Congresso Nacional atesta, de forma inequívoca, sua postura na defesa do atraso. Pobre país cujo povo elege tais representantes.

Texto do Jornalista Érico Firmo - publicado no Jornal O Povo (01/09/11)

Saneamento básico



Na esplanada de Brasília, de janeiro para cá, três ministros de má conduta já foram dispensados;

outros dois estão a caminho de sê-lo. Até agora, os que saíram não deixaram saudades; muitos dos que ficaram despertam apreensão e ativam suspeitas. Também não se tem notícia de qualquer restituição ao erário, ou de processo com esse fito, pelos atos lesivos já descobertos de malversação de recursos.

Se sobram cargos em Brasília, faltam ações e resultados no governo, em que pese a propalada competência gerencial da chefe do executivo, no seu estilo duro de cobrança. Bem que ela se tem esforçado, é verdade. Crescentemente, conquista a presidente a admiração dos brasileiros de bem e da parcela mais responsável dos partidos de oposição. Cria-se a expectativa de faxina ética há tempos reclamada. Que se cumpra! Ocorre que o trabalho a fazer é muito árduo e impõe a ruptura de modelo de gestão focado



Há uma herança maldita a ser enfrentada sem tardar. Muitos erros foram cometidos na última década, no viés da mais reprochável demagogia

numa promíscua relação entre a escória venal do congresso e o aparelho petista que se instaurou na era lulista, quando a atual mandatária despontava na proa, como figura exponencial. Configura-se, assim, um xadrez político sobremodo complexo, a desafiar os melhores estrategistas e a requerer bastante habilidade para não atçar a sanha conspiratória que viceja em setores do próprio governo, entre próceres da administração e quadrilheiros do mensalão.

Há uma herança maldita a ser enfrentada sem tardar. Com efeito, somente um grande esforço, em aliança com o povo brasileiro, pode tratar eficazmente o lodo acumulado e depurar as instituições públicas. Muitos erros foram cometidos na última década, no viés da mais reprochável demagogia. O nefasto agigantamento da máquina estatal é só um deles, fazendo par com a ineficiência de muitos programas assistencialistas que mais viciam do que educam.

A estrutura organizacional da administração federal é algo fantástico. Foram criados muitos ministérios no Brasil deste novo

milênio. Absolutamente inútil saber-lhes os nomes, muito menos para que serve uma dúzia deles. A camaradagem do companheiro Lula chancelou a criação de dez pastas em oito anos de governo largamente popular e generoso. Já se somam, hoje, 38 laureados com status de ministro – eram oito no início da república. Esse número ainda pode subir a depender da resposta da dona do magazine Luíza, há pouco convidada para o primeiro escalão do executivo federal. São tantos ministérios que mal cabem os seus titulares na mesa oval de reunião com a presidente. Alguns deles desconhecem quase inteiramente o seu *métier* – ou por outra: dotados de habilidade plural, multifuncionais, servem igualmente para qualquer uma das pastas em oferta na bacia de negócios. Da articulação política com lobistas do congresso à pesca, tudo presta para garantir um naco de poder. E tanta gente se atropelando nos labirintos palacianos tem resultado, em reversão, no oximoro do grande governo da tacanhice.

De concreto, quase nada tem havido a revelar o

aprimoramento institucional necessário ao assento definitivo do país no concerto das grandes nações, no momento em que se redesenha a geopolítica mundial – ao contrário, apequena-se o governo nos capilares da burocracia e na submissão à ganância da base aliada. Sacrifica-se, assim, oportunidade magnífica e singular para a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, que garanta o desenvolvimento nacional com a erradicação da pobreza e a atenuação das desigualdades sociais e regionais, como prenunciado na carta constitucional. Em verdade, nunca antes na história deste país estivemos tão próximos e, ao mesmo tempo, tão distantes de sermos uma potência econômica de respeito.

De positivo: a presidente está “pegando corda” e já emite sinais de alvissareira lucidez. Ela sabe que o primeiro passo é o do saneamento moral. Uma faxina ética, para a fixação decisiva dos valores republicanos. Pode ser que comece agora. Só não vale usar um rastelo banguela. ▶▶

Anísio de Sousa Meneses Filho - Analista Judiciário